



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO COMO UM ATO
COLETIVO**

HERMELINDA APARECIDA DE OLIVEIRA

**Belo Horizonte
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO COMO UM ATO COLETIVO

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Belo Horizonte
2013**

HERMELINDA APARECIDA DE OLIVEIRA

O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO COMO UM ATO COLETIVO Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Anderson Ribeiro – Orientador

Cursista - Hermelinda Aparecida de Oliveira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os colegas da escola que me incentivaram a continuar até o fim.

As minhas filhas Rafaela Luiza e Ana Beatriz pela paciência e apoio nas horas que fiquei estudando e deixei elas um pouco sem atenção.

Ao meu marido Manoel, pela sabedoria como me compreendia, pelo incentivo, ajuda e amizade que dedicou neste momento de estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter me dado sabedoria, discernimento e força para realizar mais uma etapa tão importante na minha vida.

A toda minha família que sempre soube me compreender e me apoiar.

Ao professor Anderson pela paciência, sabedoria e dedicação que teve durante o curso.

RESUMO

O presente estudo buscou realizar uma análise crítica sobre o Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas, do município de Nova Serrana/MG. Como objetivo geral verificou-se as concepções a respeito do processo de tomada de decisão contidas no PPP e se atualmente tal processo tem sido encaminhado para um ato coletivo. Utilizou-se a revisão bibliográfica e a pesquisa documental como instrumentos de coleta de dados. O processo de tomada de decisão visto sob uma ótica do coletivo é mais adequado para a gestão das escolas dos tempos atuais, tendo em vista que oferece ao gestor a possibilidade de um maior conhecimento sobre as necessidades de cada segmento da escola e da comunidade escolar como um todo. Os resultados mostraram que atualmente, na escola pesquisada, o processo de tomada de decisão, conforme é abordado no PPP, tem sido direcionado para uma gestão participativa de todos os segmentos escolares. Por sua vez, as considerações que podem ser feitas sobre o assunto, retiradas da análise bibliográfica, mostram que o gestor escolar tem o papel de mobilização da participação a comunidade no processo de tomada de decisão.

Palavras-chave: comunidade escolar, conselho de classe, tomada de decisão, gestão democrática.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	08
2	O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO COMO UM ATO COLETIVO.....	10
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
4	REFERÊNCIAS.....	15
5	ANEXO	16

INTRODUÇÃO

Quando se propõe inserir discussões sobre o tema o processo de tomada de decisão como um processo coletivo, tem-se a premissa de considerar o atual processo em curso de uma gestão democrática na escola. Ao abordar sobre o assunto, Ferreira (2000,p.34) argumenta que o processo de gestão democrática da educação trata-se de um conceito muito debatido na literatura educacional brasileira, contudo ainda não foi completamente consolidado e incorporado na prática que se estabelece nas instituições de ensino. A autora discute sobre a importância de trabalhar esse tema e aplica-lo na prática das instituições, tendo em vista que a democracia no processo de gestão, como um ato coletivo, assegura a participação dos diversos segmentos escolares e agrega, às práticas escolares a possibilidade de inserir o aluno na cidadania plena.

De acordo com esse aspecto, o objetivo principal do estudo em questão, é realizar uma análise crítica sobre o Projeto Político Pedagógico – PPP, da Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas, do Município de Nova Serrana/MG. Dentro dessa análise crítica, verificam-se as concepções a respeito do processo de tomada de decisão e se atualmente tal processo tem sido encaminhado para um ato coletivo. Os objetivos específicos do trabalho consistiram em descrever conceitos gerais sobre a gestão democrática participativa na escola; analisar a importância de um processo coletivo na tomada de decisão para atingir as metas contidas no PPP; verificar como deve ser a atuação do gestor escolar no processo coletivo de tomada de decisão, identificando como é a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar no processo de tomada de decisão.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi utilizada como ferramenta de trabalho a revisão bibliográfica. Foi procedida a coleta de dados em fontes variadas, tanto em livros e artigos de revistas especializadas, como pesquisa em plataformas virtuais como o Google Acadêmico e a Plataforma da Escola de Gestores da UFMG. Os artigos e livros selecionados para compor o corpus do trabalho passarão por um processo de fichamento com as principais argumentações que os teóricos realizam sobre o processo de tomada de decisão baseado em uma concepção democrática e coletiva.

Nesta análise crítica, o PPP da escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas, foi a principal fonte de estudo e comparação, a fim de saber se a concepção democrática e coletiva foi levada em consideração no momento de formulação do documento. As informações coletadas durante a realização da análise do PPP foram abordadas de acordo com as argumentações feitas pelos diversos teóricos sobre o assunto e, a partir disso, construídas considerações que visam dar um aprofundamento ao assunto tratado e contribuir, de forma mais específica com o desenvolvimento do PPP da Escola Municipal Eliana Francisca de Freitas.

1. O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO COMO UM ATO COLETIVO

A sociedade atual é marcada pelas disparidades sociais que existem entre as diversas realidades. Diante disso não se pode mais concordar com um processo educativo que vise uniformizar práticas de ensino, pois, o que pode ser essencial em uma realidade e não o é em outra e vice-versa (SOUZA, 2005,p.23). Por sua vez, é preciso ressaltar que, mesmo dentro de uma realidade existem uma multiplicidade de culturas interagindo e, portanto, é preciso que a escola esteja atenta à esta multiplicidade de interações, a fim de desenvolver seu PPP em consonância com as necessidades locais.

O gestor escolar, por meio de suas decisões, é profissional que, em primeira instância contribui para o desenvolvimento do PPP. No caso específico da Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas, a direção escolar, composta pelo diretor e vice-diretor é a instância responsável pela tomada de decisões na escola. (NOVA SERRANA, PPP, 2013,p.20). Contudo, apesar de considerar o diretor e o vice-diretor como responsáveis pelo processo de tomada de decisão, o PPP também é flexível quanto ao processo de gestão democrática. Conforme pode ser percebido: “A direção tem em vista uma concepção democrática, na qual as ações são compartilhadas com o grupo de trabalho visando tomar atitudes em prol do benefício dos alunos e de sua aprendizagem”. (NOVA SERRANA, PPP, 2013, p. 20).

A concepção democrática-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação do pessoal da escola. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de gestão em que as decisões são tomadas coletivamente e discutidas publicamente. (LIBÂNEO, 2001, p. 35). De acordo com a concepção de Libâneo (2001, p. 12), “o processo de gestão democrática, baseada no coletivo é um processo por meio do qual o gestor conhece melhor as necessidades da comunidade escolar”. Os diversos segmentos escolares, ao opinarem na formulação do PPP e também nas decisões que são tomadas na escola como um todo, poderão, mais facilmente, verem satisfeitas as

suas necessidades no que se refere ao processo de intervenção educacional da escola.

Cury (2005, p. 54), ao realizar considerações sobre direito à educação, afirma que “o gestor, como representante da instituição de ensino tem o dever moral de oferecer oportunidades iguais de educação a toda a clientela para a qual a escola se direciona”. Tais oportunidades somente podem ser oferecidas a partir do momento em que este profissional tiver conhecimento sobre as necessidades da clientela em questão. Não se pode vincular, portanto, a formulação de um PPP apenas ao conhecimento do gestor escolar ou do especialista da educação. Quanto mais conhecimentos advindos dos diversos segmentos da comunidade escolar forem socializados, mais possibilidades o PPP terá em ser assertivo quanto às suas metas.

Da análise feita no PPP da Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas, pode-se perceber que atualmente o PPP da escola é formulado com base na participação coletiva, ou seja, os diversos segmentos escolares por meio de reuniões, podem realizar as devidas sugestões quanto a aspectos que consideram relevantes na construção do PPP. A direção da escola tem sempre um processo de feedback com os diversos segmentos escolares e sempre considera o posicionamento dos professores, especialistas e funcionários no momento em que “realiza a tomada de decisões tanto aquelas que envolvem o aspecto pedagógico quanto as de caráter mais administrativo e financeiro da instituição”. (NOVA SERRANA, PPP, 2013, p. 21).

O especialista em educação, também possui uma grande responsabilidade no processo de tomada de decisões na escola tendo em vista que este profissional se incumbe mais especificamente sobre o processo de gestão pedagógica da escola. Trata-se do profissional responsável em desenvolvimento de medidas de ensino-aprendizagem em consonância com o perfil manifestado em cada turma. As funções desse profissional no PPP da Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas são estabelecidas “como profissional que coordena o grupo de docentes” (NOVA SERRANA, PPP, 20013, p. 12). Tal aspecto vem, mais uma vez ressaltar a

concepção de gestão democrática que permeia o PPP no qual se realiza esta análise crítica.

O processo de gestão coletiva da escola não está ligado somente aos aspectos pedagógicos, conforme o que pode ser notado na citação de Bastos (1999),

Importa referir que essa descentralização dos recursos públicos considera a gestão democrática como a capacidade de a própria escola determinar seus gastos e aplicar os recursos. Essa democracia, instituída pela autoridade pública pela lei da autonomia, “fortalece a autoridade do dirigente escolar como um gestor dos recursos financeiros” (BASTOS, 1999, p. 28).

No caso da gestão administrativa da escola, a parte técnico-administrativa ficará por conta do secretário e dos auxiliares em educação. Esses profissionais poderão em muito contribuir com sugestões para melhor direcionamento dos recursos financeiros. É necessário ressaltar que todos estes funcionários envolvidos em suas atividades deverão trabalhar em regime de colaboração, buscando o sucesso, principalmente do aluno, e a realização profissional e pessoal de todos.

O gestor escolar tem como função essencial oferecer o suporte necessário para atuação do professor em sala de aula. Porém, para que consiga dar esse suporte dentro da escola, torna-se essencial deixar claro os objetivos que se pretende alcançar, que no fim se resumem na construção do conhecimento por parte do educando. Libâneo (2001, p. 13) afirma que “o trabalho do gestor escolar torna-se ainda mais difícil quando ele não é um profundo conhecedor de sua área de atuação”, com isso, também espera-se definir novos padrões de avaliação e tomada de decisões que considerem a heterogeneidade da escola.

Realizando considerações sobre o processo de administração escolar, Arroyo (1979, p. 45) afirma que, “por vezes confunde-se um modelo efetivo de gestão com a centralização do poder em torno do gestor”. Trata-se de um processo em discordância com um modelo coletivo de decisão e que tende ao fracasso, a partir do momento que o gestor não compactuar com sua equipe sobre as ações a serem tomadas. “É preciso que as equipes de trabalho na escola, tenham uma discussão contínua sobre as ações a serem tomadas e isso envolve tanto ações pedagógicas quanto administrativas” (FORTUNA, 2000, p. 29). Cabe lembrar que a responsabilidade maior no processo, é, obviamente, do gestor, porém, os diferentes

segmentos da comunidade podem ter uma participação decisiva no acerto quanto à tomada de decisões. A partir da discussão que é feita os conhecimentos podem ser socializados e aproxima-se mais as ações feitas no interior da escola com a realidade na qual ela está inserida.

Sobre participação da comunidade, o PPP da Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas considera que “a participação da família entre outros aspectos que tornam-se importantes no processo de determinação de planos de intervenção pedagógica”. (NOVA SERRANA, PPP, 2013, p. 22). A participação da comunidade na construção do PPP acontece sempre por meio de reuniões em que são ouvidas e anotadas as sugestões de pais e familiares sobre como deve-se pautar a atuação da escola. Tais sugestões são colocadas para apreciação do grupo, a partir do momento em que os segmentos discutem e consideram importantes as sugestões apontadas pela comunidade escolar, elas são expressas no regimento da escola.

No tópico “ Processo de Decisões” (NOVA SERRANA, PPP, p. 20), é apontado que a gestão na escola trata-se de uma ação coletiva e que reflete as necessidades que a comunidade escolar diagnostica ao longo das discussões que são realizadas. As formas de implementação do PPP são feitas com base na divisão de funções que devem ser cumpridas pelos diferentes segmentos da escola (pais, alunos, funcionários e professores) de modo que os pressupostos contidos no projeto se efetivem e ele não seja reduzido a apenas “ papel de gaveta”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PPP trata-se de um documento essencial para assegurar uma gestão democrática na escola. Por meio dele são registradas as concepções que embasam o processo de ensino, traçando os objetivos e direcionando as práticas que são desenvolvidas em sala de aula, de modo a garantir que o trabalho da escola seja eficaz na formação do cidadão crítico e consciente para atuar na realidade onde vive. É

importante que tal documento seja fruto de uma construção coletiva para que se aproxime das reais necessidades da comunidade.

O PPP trata-se de um documento para contínua consulta, por parte do gestor escolar, de modo que ele resguarde seu processo de decisão sobre as reais necessidades do grupo. No caso da escola em questão nota-se que o PPP é fruto de uma profunda discussão coletiva o que se torna um avanço no processo de gestão, uma vez que antes o PPP era construído apenas pelo gestor e supervisor pedagógico. Ainda existem pontos na gestão que merecem ser melhorados no que se refere ao processo de tomada de decisão, ao que se pode citar o processo de escolha do gestor escolar que é feito apenas com base em indicação do prefeito municipal, não se tratando de um processo democrático de escolha. O processo de participação da família na escola e também na construção do PPP também é considerado muito pequeno perto do total que se espera.

De todas essas discussões realizadas o que ficou mais evidente foi o fato de que o trabalho de gestão exerce um papel fundamental no planejamento de ações eficazes. Tal planejamento de ações, por sua vez, é importante, porque evita improvisações, age, sobretudo, na fonte do problema e tem soluções adequadas para resolução de cada caso. O processo coletivo na tomada de decisões envolve necessariamente a participação de todos os segmentos da escola. Tais segmentos são constituídos por professores, funcionários, alunos e pais que se reúnem constantemente para apresentar sugestões de melhoria para o gestor escolar.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. Administração da educação, poder e participação. In: Educação e Sociedade. São Paulo: Cortez e Moraes, ano I, n. 2, jan. 1979.
- BASTOS, J. B. Gestão democrática da educação: as práticas administrativas compartilhadas. In: BASTOS, J. B. (Org.). Gestão democrática. Rio de Janeiro: DP&A/SEPE, 1999. p. 7-30.
- CURY, C. R. J. O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2005. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>. Acesso em 8 ago 2013.
- FERREIRA, N.(org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FORTUNA, M. L. A. Gestão Democrática na Escola Pública: uma leitura sobre seus condicionantes subjetivos. In: Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP & A Editora: SEPE, 2000.
- LIBÂNEO, J. . O sistema de organização e gestão da escola In: LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.
- MEDEIROS, I. L. A gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre, de 1989 a 2000 - a tensão entre reforma e mudança. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- NOVA SERRANA. [Projeto Político Pedagógico](#) da Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas. 2013.
- SILVA, E. M. F. Concepções e práticas de gestão em escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- SOUZA, A. R. S.. Planejamento e trabalho coletivo: caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba: Ed. da UFPR. 2005.

ANEXO



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
E. M. PROF^a. ELIANA FRANCISCA DE FREITAS**

**HERMELINDA APARECIDA DE OLIVEIRA
LISANDRA APARECIDA DOS SANTOS BUENO
MARIA INÊS JACINTO SILVA
PATRÍCIA DIAS DA SILVA RAPOSO**

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
E. M. PROF^a. ELIANA FRANCISCA DE FREITAS**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 FINALIDADES DA ESCOLA.....	6
2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	8
3 CURRÍCULO	13
4 TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	16
5 PROCESSOS DE DECISÃO	18
6 RELAÇÕES DE TRABALHO	22
7 AVALIAÇÃO	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
ANEXOS	32

INTRODUÇÃO

A escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas foi criada pela Lei Municipal Nº1843 de sete de dezembro de 2005. A escola está localizada à Rua Ana Rosa da Conceição, Nº888, no bairro São Geraldo II, zona urbana do Município de Nova Serrana, MG. O prédio da escola foi projetado e construído nos moldes da Educação inclusiva e atende a todos os requisitos exigidos pelo MEC. A escola pertence ao sistema estadual, uma vez, que obedece às diretrizes da 12ª Superintendência Regional de Ensino e faz parte da rede municipal de educação, oferecendo o ensino da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental. Existem 90 alunos matriculados na Educação Infantil; 404 alunos matriculados de 1º ao 5º ano e 252 alunos matriculados do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental.

Atualmente as dependências da escola não são suficientes para atender a demanda de alunos do bairro, sendo preciso usar salas de aula em outro local, como anexo da escola. No anexo funciona 5 turmas da Educação Infantil. A escola possui 12 salas de aula; uma sala de laboratório que funciona como sala de aula; uma biblioteca; dois banheiros de uso dos alunos, 2 masculinos e 2 femininos; uma secretaria; uma sala de professores com dois banheiros; uma diretoria; uma sala para os especialistas em educação; uma sala para a Psicopedagoga; uma cozinha; um almoxarifado; uma quadra esportiva coberta; um pátio para servir merenda e usar para recreação. Encontra-se em construção uma nova sala para professores para ampliar a secretaria, com dois banheiros e uma sala de computação.

A Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas formula sua Proposta Pedagógica com base na LDB 9394/96, respeitando o direito à educação de qualidade e valorizando as experiências do educando. Para que esta proposta alcance seus objetivos, realizou-se uma pesquisa envolvendo toda a comunidade escolar, e através desta pesquisa, percebe-se a clientela atendida na sua maioria, recebe pouca assistência familiar, uma vez que os pais trabalham para manter o orçamento familiar.

A importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola está justamente em delimitar as necessidades apresentadas pelas crianças de acordo com a realidade da comunidade. Ao ressaltar sobre esse aspecto o PPP torna-se um veículo de comunicação com a comunidade escolar, representada pelos pais e responsáveis e também considera ações que possam contribuir para aumentar a participação destes na vida escolar dos filhos.

Entendendo que as escolas públicas estão organizadas em redes de ensino (municipais e estaduais), é preciso buscar ampliar a democracia em todas as esferas educacionais, da escola ao sistema. Assim, para a democratização da gestão do sistema ou da rede de ensino, vemos como fundamental que se organize pelo menos instrumentos capazes de aproximar a comunidade das decisões que são tomadas no interior da escola, sendo estas previstas dentro do Projeto Político Pedagógico da escola (SOUZA, 2005, p. 13)

De acordo com esse aspecto, pode-se dizer que o PPP constitui-se também em um documento que contribui para o desenvolvimento de uma gestão democrática na escola. Tomando como base as diretrizes contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), percebe-se que, de acordo com estes, uma proposta de educação democrática é aquela que propõem privilegiar o conhecimento prático do aluno com relação ao seu contexto vivenciado; dessa forma tem-se uma educação capaz de propiciar uma debate entre a escola e a realidade da comunidade na qual a ela está inserida, isso muito contribui para aproximar a escola e a comunidade, e proporcionar um relacionamento mútuo entre elas para a busca de soluções de problemas. Dessa forma, é função da escola o desenvolvimento de projetos de trabalho que tornem a família mais participativa das ações educativas que são desenvolvidas.

A Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas possui como objetivo principal em seu PPP a formação integral de seus alunos, possibilitando, por meio das intervenções pedagógicas que estes, sejam efetivamente preparados para atuar no meio em que vivem. A escola valoriza ainda a formação do cidadão crítico e consciente capaz de exercer o diálogo e o respeito mútuo que devem existir para a vida em sociedade.

1 FINALIDADES DA ESCOLA

A finalidade da Escola Municipal “Professora Eliana Francisca de Freitas”, em sintonia com a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96, é educar para a vida através de uma escola democrática, de qualidade, capaz de formar pessoas plenamente desenvolvidas e preparadas para o exercício da cidadania, com honestidade, competência e consciente dos seus direitos e deveres, e ainda onde todos possam exercer o direito de “ser”, “aprender” e “conviver”.

Dessa forma, em sintonia com os parâmetros da legislação em vigor, a Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas busca oferecer uma educação globalizada ao seu alunado. Entende-se como global a educação que busca o desenvolvimento tanto de habilidades ligadas aos conteúdos específicos oferecidos nas diversas áreas do conhecimento, como também habilidades referentes ao desenvolvimento da cidadania, que envolvem valores ligados à ética, respeito mútuo, pluralidade cultural e outros aspectos.

A escola contemporânea é, pois, uma novidade social e cultural. Nesse novo espaço institucional, o desempenho do professor não mais pode ser pensado como uma simples questão de formação teórica de alguém que ensina, como também o desempenho do aluno não mais pode ser considerado como uma simples questão de motivação e de esforços individuais. A escola de hoje é uma ruptura com a escola do passado, sempre inspirada numa visão preceptorial da relação pedagógica. Analogamente, a família contemporânea é uma novidade social e cultural em comparação com a família de algumas décadas atrás (AZANHA, 2004, p. 7)

Nesta perspectiva, a escola percebe a educação como dever da família e do Estado, devendo ser voltada para o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Trata-se de uma escola voltada para ministrar o Ensino Fundamental, com duração de 09 (nove) anos, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

A escola também visa possibilita que o aluno tenha compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade bem como desenvolva a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo. Para que a escola atinja essa finalidade, diversas ações são desenvolvidas no âmbito escolar. Entre tais ações destacam-se a contínua busca por conhecimento sobre a realidade escolar, que se dá principalmente com utilização de instrumentos capazes de conduzir a comunidade à participação a das decisões escolares como o Colegiado Escolar e Conselho de Pais.

A escola também procura organizar seu currículo por meio de projetos de trabalho que consideram a interdisciplinaridade das diversas áreas do conhecimento e como estas se relacionam com o desenvolvimento da cidadania. Nestes projetos os alunos tem a possibilidade de vivenciar situações de seu dia a dia, além de demonstrar seus conhecimentos de mundo e suas raízes socioculturais.

Afirma-se que educar é promover o desenvolvimento integral dos indivíduos» tornou-se hoje um lugar comum, quando se pretende um certo aprofundamento das finalidades da ação educativa. Ora tal colocação do problema, não é mais do que reconhecer-se, que a educação, apenas ou quase somente, busca finalidades psicológicas. (CARVALHO, 1988, p. 30)

De acordo com essa perspectiva, o Ensino Fundamental deve promover um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando, assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa e garantidora do direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa. Pode-se dizer que, dentro das finalidades almejadas pela escola tem se desenvolvido um trabalho coletivo que empreende a ação de todos os envolvidos com o processo educativo.

Todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo.

É assim um ser que vai se criando no espaço social e no tempo histórico. Não é apenas uma realidade dada, pronta e acabada, mas um sujeito que vai construindo aos poucos sua própria realidade. A Escola Municipal Eliana Francisca dentro das finalidades de formação para o aspecto cidadão tem alcançado resultados significativos no que se refere à formação para o respeito mútuo e também para a convivência com as diferenças. Contudo, ainda ficam relegadas as finalidades de formação no aspecto cultural, tendo em vista a pequena participação de pais no cenário da escola, o que gera um certo descompasso entre o que a criança vivencia em seu lar e as vivências que tem dentro da escola.

Dentro de sua filosofia voltada para assegurar uma formação humanística para seus alunos a escola tem utilizado os projetos de trabalho como o Dia da Família na Escola, Festas Juninas, Dias das Mães e Dia dos Pais para que os familiares sejam motivados a comparecer à escola e compartilhar com os filhos as vivências escolares. Também existe um trabalho coletivo por parte dos professores e especialista da educação de modo a convidar os pais a comparecerem à escola em reuniões voltadas a demonstração sobre o rendimento apresentado por seus filhos ao longo de um processo. A escola expressa, portanto, por meio de seu PPP a finalidade de formação de um aluno preparado para atuar como cidadão crítico, que tenha respeito pelas diferenças, que esteja consciente sobre seus deveres e direitos, que tenha raízes sólidas no aspecto cultural e que também domine as habilidades escolares necessárias para a atuação na realidade onde vive.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da Escola Municipal “Professora Eliana Francisca de Freitas” está dividida em: 1º - estrutura administrativa, na qual são elencados as dependências da escola, seu quadro de pessoal e como se dá seu processo de funcionamento para servir à comunidade; 2º - estrutura pedagógica, na qual são descritos os profissionais do quadro do magistério, os documentos e materiais utilizados no processo de intervenção pedagógica e como a escola procede em sua didática para cumprimento do que é expresso em seu PPP.

2.1 Estrutura Administrativa

Esta escola por pertencer à Rede Municipal de Ensino, recebe da Prefeitura Municipal de Nova Serrana, toda a estrutura física, alimentar e pedagógica para o seu pleno funcionamento. A organização pedagógica possibilita à escola planejar, controlar os fins do seu trabalho, definir os meios para alcançar esses fins, redefinir com base na avaliação, suas metas e meios.

A escola conta com profissionais do quadro administrativo e quadro pedagógico. No quadro administrativo, a escola conta com um diretor e um vice diretor que se incumbem da gestão de todo o patrimônio escolar, zelo pela conservação do patrimônio físico da escola, compras e manutenção do sistema, bem como prestação de contas sobre os gastos executados com serviços e produtos oferecidos à escola. Conta-se ainda com quatro auxiliares de serviços da educação que se responsabilizam pela escrituração escolar, confecção de históricos e declarações escolares, arquivamento de documentos, realização de matrículas e outros serviços inerentes à secretaria da escola. Ainda no quadro administrativo da escola estão doze auxiliares de serviços gerais que cuidam da limpeza do prédio e fazem a merenda oferecida diariamente aos alunos.

Atualmente, a escola conta com profissionais efetivos selecionados por meio de concurso público para provimento de cargos e também profissionais em regime de contrato. Os profissionais em regime de contrato são selecionados anualmente com base em classificação feita por meio da análise de títulos como a graduação acadêmica, a pós-graduação e também a experiência profissional na área. O diretor e o vice-diretor são profissionais em cargo de comissão nomeados livremente pelo Prefeito Municipal.

A área física da escola é muito ampla e atende bem à clientela de alunos. Atualmente são 90 alunos na Educação Infantil, 404 alunos de 1º ao 5º ano e 252 alunos nas séries finais do ensino fundamental. A escola funciona em um pavimento principal com 12 salas de aula voltadas para o atendimento aos alunos do ensino fundamental e um anexo formado por 5 salas de aula destinado aos alunos da Educação Infantil. As dependências da escola, além das salas de aula são: biblioteca, secretaria, sala de professores, sala da direção, sala de

supervisão, sala de psicopedagogia, cozinha, refeitório, pátio, almoxarifado e quadro poliesportiva coberta.

2.2 Estrutura pedagógica

A Escola Municipal “Professora Eliana Francisca de Freitas” oferece Educação Infantil, na modalidade Pré-escola, e Ensino Fundamental com duração de nove anos. A Educação Infantil oferecida se destina às crianças com cinco anos completos ou a completar até 30/06. O Ensino Fundamental oferecido está organizado nos cinco anos iniciais em ciclos e nos quatro anos finais em regime anual, conforme Resolução SEE/MG nº 1086/08. A escola oferece os anos iniciais do Ensino Fundamental, organizados sob o regime de ciclos, sendo o Ciclo Inicial da Alfabetização composto pelo 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental e o Ciclo Complementar da Alfabetização formado pelo 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Os anos finais do Ensino Fundamental são organizados sob o regime de séries, sendo denominados 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano.

A escola funciona em dois turnos. O 1º turno atende a três turmas de Educação Infantil, 3 turmas de 5º Ano e 10 turmas de 6º ao 9º ano. O segundo turno (vespertino) atende a 2 turmas de educação infantil e três turmas de cada ano, de 1º, 2º, 3º e 4º ano do Ensino Fundamental. Cada turno tem a carga horária de 24 horas semanais.

O quadro de magistério da escola é formado por 5 professores que atuam nas educação infantil, 15 professores que se encontram na docência das séries iniciais do ensino fundamental e 4 professores eventuais que trabalham com aulas de reforço e eventualmente substituem os demais em caso de faltas. Nas séries finais do ensino fundamental a escola conta com 2 professores de Língua Portuguesa, 2 professores de matemática, 1 professor de ciências, 1 professor de geografia, 1 professor de história, 1 professor de arte, professor de educação religiosa e 1 professor de educação física.

O quadro docente ainda é formado por duas especialistas em educação que orientam os professores quanto ao processo pedagógico que se desenvolve na sala de aula, orientam os pais quanto ao desenvolvimento dos filhos e dão os devidos direcionamentos levando em consideração o desenvolvimento de cada turma. Ainda compondo esse quadro existe uma psicopedagoga que trabalha com alunos portadores de dificuldades na aprendizagem.

Quanto à estrutura da escola no aspecto pedagógico, tem-se adotado um modelo democrático de gestão, no qual todos os envolvidos com o processo de aprendizagem podem dar sugestões para a melhoria das atividades que se desenvolvem no interior da escola.

Atualmente, o modelo democrático-participativo tem sido influenciado por uma corrente teórica que compreende a organização escolar como cultura. Esta corrente afirma que a escola não é uma estrutura totalmente objetiva, mensurável, independente das pessoas, ao contrário, ela depende muito das experiências subjetivas das pessoas e de suas interações sociais, ou seja, dos significados que as pessoas dão às coisas enquanto significados socialmente produzidos e mantidos (LIBÂNEO, 2001, p. 32)

Assim, planejando, executando e se avaliando é que a escola gera um contexto de ampliação do saber, pela criação da necessidade de estudo, de elaboração de novas estratégias, de análise e reflexão sobre problemas encontrados. É que o trabalho pedagógico deve ser sempre um trabalho sistemático para que possa ter efeitos (e efeitos duráveis) sobre o aluno. Assim, a organização pedagógica desta proposta compreende: o currículo escolar, o calendário escolar e os recursos pedagógicos a serem utilizados.

Os professores precisam se preocupar não somente com o conteúdo que devem ensinar, mas também com os recursos pedagógicos, que poderão ajudá-los em suas atividades docentes. Assim, os recursos pedagógicos aqui apresentados visa possibilitar aos professores maior segurança na utilização dos mesmos, porém, não esgota todo conteúdo disponível sobre este assunto, ficando a cargo do professor e do setor pedagógico buscarem novos conhecimentos diversificando a prática docente. Tal processo deve sempre partir de uma discussão democrática que deve acontecer no ambiente escolar sobre as práticas pedagógicas.

Discutir a gestão escolar democrática implica apreender conceitualmente os significados da autonomia decretada e da autonomia construída. Implica, ainda, perceber como se produz, na concretude da ação pedagógica, a autonomia conquistada pelo coletivo da escola, além da autonomia que é entendida como a utilização, com transparência, dos recursos públicos transferidos às escolas (BASTOS, 1999, p. 10)

A didática escolar, portanto, envolve um processo no qual os profissionais da educação colocam em prática o processo de autonomia escolar, criando ações que contemplem sua realidade específica. Pensar em didática é pensar em trabalho de professor na sala de aula; é verificar como o professor vive seu cotidiano, as práticas individuais, a maneira de se relacionar consigo mesmo, com os alunos, com o conhecimento, com os colegas, com a organização escolar e com a sociedade. Em suma, é um processo de auto-conhecimento e de conhecimento de mundo.

A estruturação pedagógica da escola ainda é definida considerando-se que todas as crianças matriculadas na educação básica tem o direito solene ao processo de aprendizagem e a educação deve ser oferecida a todos com igualdade de condições.

Essa igualdade pretende que todos os membros da sociedade tenham iguais condições de acesso aos bens trazidos pelo conhecimento, de tal maneira que possam participar em termos de escolha ou mesmo de concorrência no que uma sociedade considera como significativo e onde tais membros possam ser bem sucedidos e reconhecidos como iguais (CURY, 2005, p. 4)

Baseando-se no aspecto da igualdade, a estrutura didática e pedagógica da escola tem sempre feito adaptações de modo a atender todos os alunos dentro de suas peculiaridades e necessidade educativas especiais. Para tal, deve-se conhecer e discutir a didática nos seus aspectos históricos filosóficos, políticos e técnicos, pertencentes aos níveis da educação básica a fim de que possa perceber o alcance do trabalho docente nas suas múltiplas dimensões. A estrutura pedagógica também considera que a cada área de conhecimento correspondem objetivos específicos que expressam resultados a obter: conhecimentos, habilidades e hábitos, atitudes e convicções, através dos quais se busca o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas dos alunos.

Assim, deve-se observar como objetivos específicos nos procedimentos didáticos a capacidade de identificar os elementos que pertencem à prática educativa: o conhecimento, as interações, o contexto, o ensino, a aprendizagem; discutir as múltiplas relações estabelecidas no contexto escolar; definir planejamento, plano, execução, bem como elaborar planos articulando conteúdos, objetivos, recursos e procedimentos de ensino e aprendizagem; conhecer as diversas concepções de avaliação da aprendizagem e planejar, preparar e participar do processo de ensino.

3. CURRÍCULO

Ao se desenvolver considerações a respeito do tema currículo é necessário, primeiramente, considerar como a escola tem concebido o significado para esse termo e, de que forma tem organizado os conteúdos curriculares de modo a melhor atender as especificidades regionais nas quais está localizada. Cabe ressaltar que o currículo deve ser percebido como um conjunto de conhecimentos considerados imprescindíveis para a formação do cidadão e para o desenvolvimento integral do educando. Para que o currículo, ~~contudo~~, atenda ~~eficazmente~~ à realidade na qual a escola está inserida, todos os envolvidos com o processo educativo devem participar ativamente de sua formulação, tal ponto foi ressaltado principalmente pelo educador Paulo Freire, que é citado nos estudos de Moreira (2000) e propõe uma forma de elaboração curricular.

Os currículos pautados nos princípios de Freire deveriam ter como eixo organizador as necessidades e as exigências da vida social, não

as disciplinas tradicionais. Daí a preocupação em codificar e decodificar temas geradores, trabalhados nas salas de aula por meio do diálogo entre professores e estudantes (MOREIRA, 2000, p. 114)

A escola Professora Eliana Francisca de Freitas é adepta a esta forma de organizar currículo, tendo em vista que são precedidas diversas análises da realidade escolar, tomando como eixos norteadores os processos de avaliação dos alunos, seu conhecimento de mundo, bem como as reuniões feitas com a comunidade escolar. Ao pautar-se na organização de um currículo sobre as necessidades da comunidade, a escola visa considerar os direitos que os estudantes possuem a uma escola pública de qualidade.

Uma das questões norteadoras no processo de formulação do currículo também refere-se à necessidade de a escola se aproximar da vida real dos estudantes atuando para reforçar aspectos positivos de sua cultura e também combater posturas não condizentes com a vida cidadã. Uma forma de implementação deste currículo tem sido os constantes estudos feitos pelo corpo docente da escola sobre tema de interesse geral e também na constante apresentação aos pais sobre projetos de trabalho desenvolvidos pela escola que visam colocar o currículo em prática.

Dessa forma, a produção das crianças passa a fazer parte do processo de ensino e aprendizagem, buscando compreender o significado do processo e não só o produto. Dentre as atividades escolares serão promovidos eventos voltados para as datas cívicas e folclóricas como carnaval, festa junina, festa da família, semana da criança, desfile de 7 de setembro, feiras, oficinas, campeonatos esportivos, gincanas, etc. Com estes eventos a escola tem por objetivo valorizar o ensino e a auto-estima, como princípios essenciais na formação do aluno, ampliando este conceito para uma formação cívica, para uma iniciação esportiva, artística e cultural do jovem, de sorte a somar no processo educacional, juntamente com a comunidade escolar.

A organização dos componentes curriculares está dividida em Base nacional Comum e Parte Diversificada, conforme pode ser percebido no Plano Curricular contido no Anexo 1 da proposta. A Base Nacional Comum é composta por: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Ensino Religioso, Educação Física e Artes. A Parte Diversificada é composta por: uma língua estrangeira moderna, no caso a escola oferece o Inglês, a partir do 4º ano do Ensino Fundamental, Desenho geométrico, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, e, Música, Psicomotricidade e Natureza e Sociedade para o 1º ano do Ensino Fundamental.

Com uma visão humanista integral, a Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas desenvolve a Pedagogia Humana Integral que busca resgatar os valores característicos do ser humano, proporcionando uma preparação coerente com as exigências do mundo de hoje. Foram estabelecidos 6 eixos curriculares que orientam e definem o

currículo desta instituição , sendo que se desenvolvem através de estratégias e componentes diversos como a formação integral; a formação para a convivência e liderança; a aprendizagem estratégica, aprender a aprender, entre outros.

Seguindo orientações da SEE/MG e de acordo com nosso corpo docente e toda comunidade escolar (família e demais funcionários) o ponto de partida ou concepção básica de todo o planejamento curricular é considerar a pessoa como eixo e foco central do currículo, pois tratamos de educar a “cada pessoa” com suas diferentes dimensões. “No centro de nossa metodologia pedagógica, está a pessoa humana’.

Na LDB, um item que chama a atenção é o do currículo. A LDB estabelece, em seu Art. 26, que o Ensino Fundamental e Médio deve ter uma base nacional comum e uma parte do currículo pode ser diversificado, em vista de respeitar as diferenças regionais e locais. No núcleo obrigatório estão incluídos o de matemática e da língua portuguesa, bem como o conhecimento do mundo físico e da realidade social e política, principalmente do Brasil (REIS, 2009, p. 1)

A revolução tecnológica, por sua vez, cria novas formas de socialização, processos de produção e, até mesmo, novas definições de identidade individual e coletiva. Diante desse mundo globalizado, que apresenta vários desafios para o homem, a educação surge como instrumento indispensável à humanidade na sua construção da paz, da liberdade e da justiça social. Deve ser encarada, conforme o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da UNESCO, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras (BRASIL, 2002, p. 54).

Os Temas transversais, Educação Ambiental e o uso de drogas e dependência química permeiam todo o conteúdo de ciências, assim como, história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar em especial nas áreas de Artes e de Literatura e história brasileiras e, por fim, Direitos Humanos permeia o conteúdo de Língua Portuguesa.

4 TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal “Professora Eliana Francisca de Freitas” tem seu ano letivo composto por, no mínimo, 200 dias de efetivo trabalho, conforme pode ser percebido no anexo 2 desta proposta, onde se encontra o calendário escolar. A carga horária é composta de 800 horas de carga horária anual para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para os Anos Finais do Ensino Fundamental a carga horária anual será de 833:20 horas. A carga horária da Educação Infantil está dividida em 20 aulas semanais, com duração do módulo-aula de sessenta minutos, somando quatro horas e quinze minutos diárias, mais quinze minutos de recreio. A carga horária do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais está dividida em 24 aulas semanais. Cada módulo-aula é de quarenta e oito minutos. O total da carga horária por turno é de quatro horas e quinze minutos, mais quinze minutos de recreio.

O processo de organização dos alunos na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental é feita de acordo com a idade. Durante o tempo em que ficam na escola os alunos realizam tanto atividades na sala de aula propriamente, quanto em outros espaços da escola com pátio, parquinho e biblioteca que são também organizados como espaços de desenvolvimento de intervenções pedagógicas. O processo de planejamento das atividades a serem realizadas em cada ambiente bem como sua duração é feito semanalmente pelos professores em conjunto com a supervisão pedagógica e considera a faixa etária da turma bem como seu perfil de desenvolvimento cognitivo para o planejamento de cada atividade a ser ministrada.

Os alunos da Educação Infantil realizam atividades no parquinho da escola com uma periodicidade de 5 vezes durante a semana, também tem aulas com vídeo na biblioteca que varia de 2 a quatro vezes por semana, atividades psicomotoras diariamente no pátio da escola e também atividades com brinquedo livre. Na Educação Infantil todas as atividades são feitas variando com um tempo de 20 a trinta minutos. Em cada uma dessas atividades a professora regente da turma conta com o apoio de uma professora eventual ou de uma professora para uso da biblioteca para melhor organização da turma.

Os alunos das séries iniciais do ensino fundamental contam com aulas também no parquinho, (1º, 2º e 3º anos) para os demais anos não é realizada essa atividade. Conta-se também com aulas de Educação Física na quadra poliesportiva, realizada sempre por 50 minutos uma vez por semana. As professoras também realizam aulas de leitura na biblioteca da escola cerca de duas vezes por semana com duração de 30 minutos cada aula. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental a carga horária está dividida em 25 aulas semanais. Cada módulo-aula é de cinquenta minutos. O total da carga horária é de quatro horas e vinte e cinco minutos, mais quinze minutos de recreio.

As atividades desenvolvidas pelos alunos das séries finais do ensino fundamental são, em sua maioria, feitas no interior da sala de aula. Os alunos tem duas aulas semanais de Educação Física feitas na quadra poliesportiva, também realizam atividades de leitura na biblioteca da escola, feitas cerca de duas vezes por semana com duração de 30 minutos cada. Os professores das séries finais também utilizam recursos de vídeo, cerca de uma vez por semana com duração de 50 minutos. A periodicidade de atividades deste tipo não pode ser realizada em maior número tendo em vista a grande quantidade de alunos que a escola atende em apenas período parcial de estudo.

O ano letivo é dividido em quatro bimestres sendo o 1º bimestre (fevereiro – março – abril) , o 2º bimestre (maio – junho – julho) , o 3º bimestre (agosto – setembro) e o 4º bimestre (outubro – novembro – dezembro). Conforme previsto no calendário (Anexo 2), a escola tem cinco dias escolares divididos durante o ano letivo, destinados a reuniões pedagógicas, conselhos de classe e planejamento. De acordo com o artigo 131 do Regimento Escolar, a classificação tem por objetivo posicionar o aluno no ano letivo, compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento.

A direção, ouvidos os docentes, agenda as prioridades. O suposto é o de que a escola observa a ética da responsabilidade. Logo, regras do jogo e compromissos são cumpridos. Dentre esses, está o compromisso e a exigência contratual dos encontros periódicos – semanais ou quinzenais – dos educadores, segundo uma agenda, para resolução de assunto específico-módulo II.

Na direção da democratização, presenciamos a elaboração da proposta político-pedagógica da escola. Quanto mais os profissionais da educação e os/as diretores/as se unem em prol dos/as alunos/as, mais a escola se constrói democrática. Portanto, a autonomia construída se torna elemento fundamental para a construção de um trabalho educacional voltado para as diferentes culturas e heterogeneidades que coabitam o espaço escolar público. (BASTOS, 2010, p. 12)

Para a construção de uma escola democrática e melhor organização dos espaços escolares, obviamente o tempo atualmente disponibilizado ainda se configura como insuficiente para o desenvolvimento eficaz de todas as atividades necessárias ao êxito do processo de ensino. Uma forma de resolução de tal situação seria a ampliação da carga horária semanal. Justifica-se a ampliação da carga horária por diversos fatores, dentre eles:

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos (CAVALIERE, 2007, p. 1016)

Dessa maneira, acredita-se que, de modo a atender melhor a clientela da escola oferecendo a variedade de atividades necessárias ao desenvolvimento integral dos alunos, bem como para que a escola cumpra sua meta de formação para a cidadania, a ampliação da carga horária trata-se de uma ação importante a ser implementada tendo em vista que, com esta, poderá ser realizada uma melhor organização dos tempos e espaços escolares. Portanto, para que a escola assegure um processo de formação contínua de seu quadro pedagógico deve inserir em sua gestão assuntos que envolvem aprendizagem sistemática viabilizando cursos específicos, objeto da formação continuada.

5 PROCESSOS DE DECISÃO

A direção escolar, composta pelo diretor e vice-diretor é a instância responsável pela tomada de decisões na escola. A direção tem em vista uma concepção democrática, na qual as ações são compartilhadas com o grupo de trabalho visando tomar atitudes em prol do benefício dos alunos e de sua aprendizagem.

A concepção *democrática-participativa* baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação do pessoal da escola. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de gestão em que as decisões são tomadas coletivamente e discutidas publicamente. Entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assuma a sua parte no trabalho, admitindo-se a coordenação e avaliação sistemática da operacionalização das decisões tomada dentro de uma tal diferenciação de funções e saberes (LIBÂNEO, 2001, p 35)

A direção da escola tem sempre um processo de *feedback* com os diversos segmentos escolares e sempre considera o posicionamento dos professores, especialistas e funcionários no momento em que realiza a tomada de decisões tanto aquelas que envolvem o aspecto pedagógico quanto as de caráter mais administrativo e financeiro da instituição. O especialista em educação, também possui uma grande responsabilidade no processo de tomada de decisões na escola tendo em vista que este profissional se incumbem mais especificamente sobre o processo de gestão pedagógica da escola. Trata-se do profissional responsável em desenvolvimento de medidas de ensino-aprendizagem em consonância com o perfil manifestado em cada turma.

A parte técnico-administrativa ficará por conta do secretário e dos auxiliares em educação e, a limpeza, a alimentação, a cargo dos auxiliares de serviços gerais em educação. Todos estes funcionários envolvidos em suas atividades deverão trabalhar em regime de colaboração, buscando o sucesso, principalmente do aluno, e a realização profissional e pessoal de todos. No processo de tomada de decisões também é muito considerada a função do conselho de classe, presidido pelos especialistas em educação. Durante as reuniões do conselho de classe, os professores socializam sugestões e ideias junto à supervisão pedagógica sobre ações que poderão ser tomadas para melhoria do processo de ensino. Essas ações são posteriormente apresentadas à direção da escola que pode considerar na íntegra as iniciativas do conselho de classe ou propor um redirecionamento de algumas sugestões de acordo com as disponibilidades e possibilidades da escola.

O Conselho de Classe constitui-se em um órgão colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno, subsidiando, dessa forma, a construção do Projeto Pedagógico da escola. Ele é composto pelos professores em caráter de regência e presidido pelo supervisor escolar. O objetivo do Conselho de Classe é avaliar o desempenho de cada aluno nas atividades escolares desenvolvidas no bimestre, identificando as necessidades específicas de cada aluno e providenciando o encaminhamento necessário.

O diferencial do conselho de classe como instância avaliativa é o fato de que, nestas reuniões realizadas na escola reúne-se os profissionais envolvidos com o ensino e, de forma coletiva, decidem sobre quais são as mais adequadas formas de condução do processo de aprendizagem. De acordo com a visão de Dalben (1992), o conselho de classe pode ser considerado uma instância avaliativa, uma vez que, por meio da troca de informações, os profissionais do ensino traçam um perfil da classe de alunos que está sendo debatida, o que foi ensinado, o aproveitamento nas avaliações a forma de comportamento e disciplina manifestados pela turma, a participação da família entre outros aspectos que tornam-se importantes no processo de determinação de planos de intervenção pedagógica.

Tendo esse panorama global do processo educativo, o Conselho escolar pode auxiliar a escola na efetivação de seu compromisso de propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que são indispensáveis para a formação de cidadãos conscientes, críticos, participativos e preparados para viverem plenamente na sociedade. (NAVARRO, 2004, p. 38).

O Conselho de Classe se reunirá também anualmente para analisar os currículos da parte diversificada e indicar o mais adequado aos alunos e orientar o planejamento de trabalho e projetos, e por fim, realizar a enturmação de alunos para o ano seguinte. Constitui-se objetivo do Conselho de Classe servir de fórum de discussão para a definição de objetivos a serem alcançados em cada componente curricular; metodologias e estratégias de ensino; critérios de seleção de componentes curriculares; projetos coletivos de ensino e atividades bem como formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso escolar entre outras ações que se fizerem necessárias para a realidade.

A participação da comunidade é fundamental para o desenvolvimento de todos os projetos da escola. A autonomia da unidade escolar e a democratização da educação, e conseqüentemente a construção da gestão democrática, exigem a participação dos diferentes segmentos. Para tanto, as formas de escolha e a implantação ou consolidação de Conselhos Escolares e de outras instâncias de participação constituem passo importante para a democratização dos processos decisórios, possibilitando a implementação de uma nova cultura nessas instituições, por meio do aprendizado coletivo e do partilhamento do poder.

O discurso da gestão democrática vem sendo paulatinamente substituído pela implantação de uma nova abordagem e de uma nova modalidade de gestão escolar, que se concretizam consoante novas concepções de sociedade, que consagram as técnicas e os resultados educacionais, em detrimento da educação como processo de construção política. Isso nos remete à avaliação de resultados a que as escolas públicas têm sido submetidas, em que a educação é medida, é vista como produto, enquanto as relações políticas efetivas que contribuem para a elaboração/criação são secundarizadas. (SILVA, 2005, p. 34)

Ao realizar discussões sobre esse assunto, Werneck (1997) afirma que o início da reflexão deve partir dos dirigentes escolares e, a partir disso dirigir-se para o corpo docente seguido por toda a comunidade. Nesse sentido, a escola somente poderá ouvir a atender adequadamente a comunidade a partir do momento que os segmentos internos da instituição tiveram coesão e também participarem ativamente nos processos de decisão. Órgão que pode muito auxiliar nessa participação da comunidade é o Colegiado Escolar.

O Colegiado Escolar tem funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola, respeitando as normas pertinentes. Trata-se de um órgão composto por diversos segmentos da escola como funcionários, professores, alunos e pais. As decisões são coletivas e fundamentadas nas diretrizes, ações pedagógicas e administrativas dos objetivos e leis da educação. As normas específicas para o funcionamento do colegiado, resguardados os parâmetros legais, devem ser propostas por seus membros e definidas em estatuto próprio, aprovado em assembléia geral pela comunidade escolar.

6 RELAÇÕES DE TRABALHO

Para o desenvolvimento prático de uma proposta de trabalho, é imprescindível que sejam valorizadas as relações que se desenvolvem entre os diversos segmentos que co-existem no interior da instituição de ensino.

A escola pública, para elaborar e efetuar o projeto pedagógico, de acordo com os preceitos gerais comuns organizados pela administração central da educação, e observando as suas especificidades, deve ter maior competência nos recursos humanos. Com a ausência desses dois critérios fundamentais na organização escolar, a autonomia é inexistente. É preciso salientar que determinar sobre os recursos humanos e como estes se relacionam é uma condição imprescindível para a consecução do projeto pedagógico. Projeto este compreendido como “tomada de consciência dos principais problemas da escola, das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar as falhas detectadas” (SPOSITO, 1990, p. 55).

Assim, de acordo com as discussões propostas por Sposito (1990), o que primeiro precisa ser analisado dentro da escola são as condições em termos de recursos humanos, a partir dos quais devem ser elaborados quaisquer planos de intervenção pedagógica dentro da escola. As relações de trabalho deverão ser pautadas principalmente pelo respeito. A direção da escola investirá numa gestão autônoma e democrática. O corpo docente e discente terão seus direitos e deveres, descritos no Regimento Escolar, resguardados, contando também com o apoio, a orientação e supervisão do setor pedagógico da escola que é composto pelo pedagogo e psicopedagogo.

O processo de relação no trabalho pode, por vezes, ocasionar situações conflituosas que podem acontecer entre aluno-aluno, professor-professor, aluno-professor, funcionário-professor entre outras situações. Cabe ressaltar que todos os momentos de conflito serão resolvidos por meio do diálogo e respeito mútuo entre as partes e constarão em oportunidades para discussão sobre as melhorias que possam ser feitas no ambiente de trabalho no que se referem às relações pessoais.

O processo de formação do quadro pedagógico da escola é percebido como contínuo e cumulativo e deverá sempre ser conduzido pelos especialistas em educação. Essa formação contínua visa, sobretudo, atender às novas demandas do processo educativo que, a cada dia solicita dos profissionais do magistério novas habilidades para proporcionar um ensino de qualidade ao alunado. O processo de formação na escola também poderá se dar de duas formas: por meio de cursos e oficinas internos repassados pelos especialistas em educação ou pelos próprios docentes ou por meio de cursos, seminários e oficinas externos conduzidos por órgãos conveniados à escola.

A escola juntamente com a Secretaria Municipal de Educação se propõe a oferecer cursos de aperfeiçoamento nas áreas em que se constatar defasagem. A defasagem será detectada através dos alunos e professores. Entre os cursos oferecidos se dará uma ênfase maior para a alfabetização. Nas reuniões pedagógicas há (sempre que necessário) estudos e debates sobre temas como: ética, hierarquia, disciplina, postura, interdisciplinaridade, etc. Grupos de estudos serão sugeridos como uma maneira de enriquecer conhecimentos. O curso pró-gestão visa formar gestores escolares das escolas públicas da Educação Básica em cursos de especialização e de atualização em gestão democrática e da efetivação do direito à educação com qualidade social.

A Prefeitura Municipal de Nova Serrana/MG aderiu ao programa Pró-letramento que será realizado pelo MEC, em parceria com Universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada.

O Pró-letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação – é um programa de formação continuada de professores, para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O Pró-letramento está funcionando na modalidade semi-presencial. Sendo objetivo básico do programa oferecer suporte à ação pedagógica dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, contribuindo para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem de língua Portuguesa e Matemática. (BRASIL PRÓ-LETRAMENTO, 2013, p. 1).

A estratégia de oferecimento de cursos internos e externos para o processo de formação continuada do professorado é uma forma de contribuir para que o processo de

relacionamento no trabalho seja sempre baseada no auxílio mútuo e na solidariedade entre os profissionais.

A democracia na escola, precisa ser mantida como um produto inacabado, em permanente construção, como um desejo irrealizável em permanente estado de pulsão, instrumentalizado pelo seu conteúdo inconcluso, a possibilidade de manutenção do grupo, que sobrevive sustentado pelo ideal democrático (FORTUNA, 2000 p. 121).

Em todos os setores da escola, os profissionais devem trabalhar de forma respeitosa principalmente no que se refere à diferença natural de ideias sobre assuntos diversos. Em todos os casos, deve-se sempre predominar o bom senso e a ética profissional.

O processo de relacionamento entre adultos e crianças no espaço da escola deve acontecer de forma que a criança perceba os valores necessários ao bom relacionamento interpessoal. Os adultos deverão utilizar sua experiência e conhecimento de mundo de modo a instruir adequadamente as crianças, mostando-as seus erros e também os aspectos que devem ser evitados para a convivência em sociedade, tais pontos devem ser ressaltados principalmente na resolução de conflitos.

O processo de relacionamento da escola com as famílias poderá acontecer de diversas formas. Os pais/responsáveis, poderão a qualquer momento solicitar esclarecimento da escola sobre dúvidas ou sobre o processo de desenvolvimento de seus filhos. Da mesma forma, a escola poderá solicitar a presença dos pais sempre que observar a necessidade da intervenção para melhoria do processo de aprendizagem do filho. A escola também pode se comunicar com os pais de forma coletiva. Acontecem bimestralmente reuniões com pais, professores, alunos e pedagogos, com o objetivo de informar os avanços e dificuldades do aluno, conhecer sua família e pedir apoio para uma melhor integração entre família/escola.

A escola informará aos pais ou responsáveis, sobre a frequência e o desempenho dos alunos através do Boletim Escolar e da Caderneta Escolar. O Boletim Escolar é o portador da frequência e do desempenho dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo apresentado aos pais ou responsáveis bimestralmente em reuniões com o professor. Já os Anos Finais do Ensino fundamental utilizará a Caderneta Escolar como portadora da frequência e do desempenho dos alunos. Ao final de cada bimestre a mesma será entregue

aos pais ou responsáveis para que estes tomem conhecimento do desenvolvimento dos seus filhos.

A Educação Infantil utiliza Ficha de Avaliação Individual que também serão apresentadas aos pais ou responsáveis bimestralmente. A escola em cumprimento ao artigo 141, § 1º do Regimento Escolar fica responsável por comunicar a família do aluno que se ausentar por 05 (cinco) dias letivos consecutivos ou 10 (dez) dias letivos alternados no mês, com vistas a promover seu imediato retorno e a regular freqüência à escola.

7 AVALIAÇÃO

O termo avaliar contempla as diversas esferas do desenvolvimento humano e deve ser considerada de forma qualitativa e globalizada, nesse aparato, considera-se a seguinte visão para o processo de avaliação que visa-se desenvolver:

Entre as várias modalidades que compõem o conjunto de práticas avaliativas no campo da “avaliação” destacam-se a “avaliação sistêmica” realizada no âmbito dos sistemas de ensino, a “avaliação do desempenho profissional e institucional”, destinada às instituições e aos profissionais da educação, e a avaliação escolar ou pedagógica. (BRASIL, 2002, p. 38)

Observa-se que o processo de avaliação deve ser considerado como um instrumento que ampara a gestão da instituição no desenvolvimento de ações que visem suprir aspectos considerados deficientes. Dessa maneira, o processo de avaliação deve contemplar, alunos, professores, funcionários, bem como toda a instituição de uma forma globalizada. Dessa maneira, todos serão avaliados e o objetivo principal desse processo de avaliação é desenvolver formas para que todos os envolvidos com a escola sejam funcionários, professores ou alunos melhorem os aspectos identificados como falhos.

A avaliação institucional é feita uma vez ao ano sempre utilizando-se uma assembleia geral na qual são convocados todos os segmentos da comunidade escolar. Em tal assembleia são apresentados os resultados obtidos pela instituição ao longo do ano anterior, bem como feitas avaliações sobre quesitos como limpeza, organização do prédio, merenda escolar,

atendimento, quadro de professores, metodologias em sala de aula, atenção à diversidade dos alunos, relacionamento com a família, entre outros aspectos que são avaliados em conceitos.

A instituição também será avaliada por meio de avaliações externas que possuem seus procedimentos próprios e já determinados cabendo à escola cumpri-los rigorosamente. Além disso, as avaliações externas levantam informações sobre o Sistema como um todo. Enquanto a escola lida com índices representados por notas/conceitos, o resultado das avaliações externas apresentam proficiência de desempenho, segundo as capacidades avaliadas.

As avaliações externas, realizadas pela rede pública, tem a função de oferecer diagnósticos sobre aspectos positivos, alcançados como um todo no processo de ensino ao longo do ano, bem como aspecto que ainda precisam ser trabalhados pelos profissionais de ensino. No caso, as avaliações são compostas pelo SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública, PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos e PROEB – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica.

A avaliação de professores e funcionários é feita por uma comissão nomeada entre os servidores da instituição. Tal comissão faz uma análise de diversos pontos do trabalho do profissional que precisam ser melhorados, sempre realizando uma reunião com o profissional no qual estes pontos são levantados. É realizado um acompanhamento anual sobre a evolução do profissional nos aspectos definidos, sendo dada todo o apoio necessário para o seu desenvolvimento por parte da direção da escola. Ao término do período de acompanhamento é estabelecida em nota ao profissional com base em diversos parâmetros observados como organização, relacionamento pessoal, eficiência e eficácia no trabalho, cumprimento da jornada de trabalho, dinamismo e outros fatores. Por exigência do sistema municipal existe um percentual mínimo de 70% dos pontos totais para que o profissional seja considerado qualificado para o cargo.

O processo de avaliação dos alunos acontece de diversos modos. As avaliações ocorrerão durante todo o ano letivo. O aluno será avaliado através de recursos variados: observações, trabalho em equipe e individuais, pesquisas, provas, estudos dirigidos, experimentos, etc. O professor deverá fazer um trabalho de recuperação concomitantemente ao processo educativo, para garantir ao aluno a superação de dificuldades no seu percurso escolar e ao final do ano letivo com aulas ministradas pelo próprio professor.

Na avaliação é preciso considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do estudante. (NAVARRO, 2004, p. 38).

A avaliação será contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Consta no Regimento dessa escola as normas específicas de acordo com a legislação vigente que dispõe sobre a utilização dos recursos pedagógicos: classificação, reclassificação, avanço escolar, aceleração e outros. Como determina o artigo 31 da LDB 9394/96, a avaliação da educação infantil será feita mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção. Não deverá atribuir notas. O que deverá ser avaliado nesta fase é o desenvolvimento individual do aluno através de uma ficha de acompanhamento individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se elaborar esse Projeto Político Pedagógico para a Escola Municipal Professora Eliana Francisca de Freitas, percebe-se que a elaboração deste documento parte do diagnóstico de situações-problema, detectadas na realidade escolar e que necessitam de ações integradas entre escola e comunidade para tornar o processo de ensino mais eficaz com o intuito de formação do aluno como cidadão.

No caso específico, o problema detectado mais especificamente na escola refere-se à pouca participação da família na vida escolar dos alunos, principalmente daqueles que necessitam de um acompanhamento mais individualizado. Ressalta-se que, devido à complexidade que esse problema se apresenta, diversos aspectos da escola tem que ser abordados a fim de serem traçadas ações concretas a fim de mitigar o problema, dessa maneira, todos os itens desenvolvidos contemplam a necessidade de tornar a comunidade escolar mais participativa nas decisões que são tomadas na escola.

As finalidades da escola consistem em formar o cidadão crítico e consciente de seus direitos e deveres, contudo, para tal objetivo ser alcançado, devem ser desenvolvidas uma série de ações no seio da escola. Tais ações não devem partir apenas do corpo docente, nem somente da direção, devem englobar a participação de toda a comunidade na formação de uma estrutura pedagógica eficaz para que, ao adentrar a escola, o aluno tenha plenas condições de aprender mais e se tornar uma pessoa mais instruída.

Portanto, rever as ações pedagógicas que são tomadas no interior da escola e englobar a comunidade nesse processo de decisão envolve conseqüentemente modificações no currículo escolar, na estrutura pedagógica da escola, bem como nos tempos e espaços escolares que devem se ajustar de acordo com as necessidades manifestadas na escola. Por fim, espera-se que a elaboração deste projeto pedagógico, bem como as ideias que nele foram relacionadas, contribuam para o desenvolvimento de uma escola mais voltada

para o atendimento da especificidade regional na qual ela está inserida e, com isso obtenha maior sucesso na participação da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZANHA, J. M. P. Uma reflexão sobre a formação do professor na escola básica. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, São Paulo, Maio/Ago 2004.

BASTOS, J. B. **Gestão democrática da educação**: as práticas administrativas compartilhadas. In: BASTOS, J. B. (Org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A/SEPE, 1999. p. 7-30.

BRASIL, **Pró Letramento**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=698&id=12346&option=com_content&view=article. Acesso em 08 ago 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Currículo Escolar**. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

CARVALHO, A. D. **Epistemologia das Ciências da Educação**, Porto: Afrontamento, 1988.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação & Sociedade**, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>

CURY, C. R. J. **O direito à educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2005. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>. Acesso em 8 ago 2013.

DALBEN, A. I. L. F. **Trabalho escolar e conselho de classe**. Campinas: Papyrus, 1992.

FORTUNA, M. L. A. **Gestão Democrática na Escola Pública**: uma leitura sobre seus condicionantes subjetivos. In: **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP & A Editora: SEPE, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, J. . **O sistema de organização e gestão da escola** In: LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola** - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

NAVARRO, I. P. **Avaliação**: Processo e Produto. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 38-40. 2004.

REIS, L. A. LDB 9394/96 - uma reflexão, 2009. Disponível em: <http://www.fortium.com.br/faculdefortium.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2013.

SILVA, E. M. F. **Concepções e práticas de gestão em escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, A. R. S.. **Planejamento e trabalho coletivo**: caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba: Ed. da UFPR. 2005.

SPOSITO, M. P. Educação, Gestão Democrática e Participação Popular. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, nº 1. Jan./jun. 1990.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

NOVA SERRANA. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Eliana Francisca de Freitas. 2012.

ANEXOS

Anexo 1 - Plano curricular

Educação Infantil – Turno Diurno

Eixo de Trabalho		2º Período (5 anos de idade)	
		AS	CHA
Formação Pessoal e Social e Conhecimentos de mundo	Identidade e Autonomia	03	120:00
	Movimento	02	80:00
	Música	03	120:00
	Artes Visuais	02	80:00
	Linguagem Oral e Escrita	04	160:00
	Natureza e Sociedade	02	80:00
	Matemática	04	160:00
	SUBTOTAL		20
RECREIO		15 MINUTOS/DIA = 50 HORAS/ANO	
TOTAL		850 HORAS	

INDICADORES FIXOS:

DURAÇÃO DO MÓDULO-AULA:
60 (sessenta) minutos

DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
(duzentos)

SEMANAS ANUAIS: 40 (quarenta)

Nº DE DIAS SEMANAIS: 05 (cinco)

Legenda: **AS** – Aulas Semanais; **CHA** – Carga Horária Anua

Observação: A Educação Ambiental será integrada e contínua como prática educativa permanente no conteúdo natureza e sociedade.

Assinatura do Diretor:

Assinatura do Inspetor:

ENSINO FUNDAMENTAL – TURNO: DIURNO

	Áreas de Conhecimento Componentes Curriculares	Ciclo da Alfabetização						Ciclo Complementar				6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano	
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA								
B a s e N a c i o n a l C o	Língua Portuguesa	05	160:00	06	192:00	06	192:00	06	192:00	06	192:00	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40
	Matemática	05	160:00	06	192:00	06	192:00	05	160:00	05	160:00	05	166:40	05	166:40	04	133:20	04	133:20
	Ciências	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
	Geografia	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00

m u m	História	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
	Educação Física	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	Ensino Religioso	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Artes	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	-	-	-	-	01	33:20	01	33:20
P D *	L.E.M. - Inglês							01	32:00	01	32:00	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Desenho Geométrico											01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	Música	02	64:00																
	Psicomotricidade	02	64:00																
	Natureza e Sociedade	01	32:00																
Total (AS) (CHA)		25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20

*Parte diversificada

Observação: São, ainda, observadas as disposições: da Lei n.º 9.795, de 27/04/99, sobre Educação Ambiental que permeia o conteúdo de Ciências; da Lei n.º 11645/08 de 10/03/2008, onde os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Artes e de Literatura e História brasileiras; da Resolução Conjunta n.º 1: Estudos Sobre o Uso de Drogas e Dependência Química, que permeia o conteúdo de Ciências e Direitos Humanos que permeia o conteúdo Língua Portuguesa.

Legenda:

AS - Aulas Semanais

Indicadores fixos:

Duração do Módulo Aula: **48'** (quarenta e oito minutos) do **1º ao 5º Ano** – **50'** (cinquenta minutos) do **6º ao 9º Ano**

N.º de Dias Letivos: 200 (duzentos)

N.º de Semanas Letivas: 40 (quarenta)

N.º de Dias Letivos Semanais: 05 (cinco)

Carga Horária Anual: Do 1º ao 5º Ano: 800:00' horas – Do 6º ao 9º Ano: 833:20' horas

Duração do Recreio: 15 (quinze) minutos

Duração do turno: **4:15'** (quatro horas e quinze minutos) do 1º ao 5º Ano - **4:25'** (quatro horas e vinte e cinco minutos) do 6º ao 9º Ano

Assinatura do Inspetor:

Assinatura do Diretor:

Anexo 2 - Calendário

CALENDÁRIO ESCOLAR: ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ELIANA FRANCISCA DE FREITAS
 EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

2013

JANEIRO							FEVEREIRO 11							MARÇO 19						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5						1	2						1	2
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	3	4	5	6	7	8	9
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	10	11	12	13	14	15	16
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	17	18	19	20	21	22	23
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28			24	25	26	27	28	29	30
														31						
ABRIL 22							MAIO 19							JUNHO 21						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29
														30						
JULHO 15							AGOSTO 20							SETEMBRO 22						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	1	2	3	4	5	6	7	
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	31	29	30					
OUTUBRO 18							NOVEMBRO 20							DEZEMBRO 13						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5						1	2	1	2	3	4	5	6	7
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	☺	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30	31				
☺	Início e Término - Ano Letivo						☒	Dia Letivo (Festa Junina e Desfile da Independência)						Dias Letivos - 1º Semestre						107
	Início e Término - Ano							Dia Escolar -Planejamento e Formação Continuada						Dias Letivos - 2º Semestre						93
	Recesso Escolar							Dia "D" - "Toda Escola Deve Fazer a Diferença" e						Dias escolares						7
	Recesso para os						☺	Dia Nacional da						Total de dias letivos						200
	Feriado Nacional													Ano Escolar						207
	Feriado Municipal													Dias Semanais						5
	Férias													Semanas Letivas						40
Conselho de Classe no final de cada bimestre cumprir no Módulo II.																				
Obs.: O Momento Cívico será toda sexta-feira.																				